

NOSSOS CLÁSSICOS | UM ESBOÇO DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA NA ITÁLIA¹

Lucio Gambi
Università Statale di Milano

Enviado em 18 dez. 2023 | Aceito em 20 dez. 2023

1

Os panoramas mais recentes da cultura geográfica moderna editados em torno dos anos 1960² partem da hipótese, em si discutível, de que se pode falar de Geografia moderna desde o começo de seu ensino mais ou menos regular na universidade, ou desde que são criadas as Sociedades de Geografia.

Partindo desse pressuposto, no que concerne pelo menos a uma região da Itália – precisamente o Veneto – deveríamos iniciar o discurso historiográfico desde 1680, quando foi fundada em Veneza, por iniciativa de Vincenzo Coronelli, a *Accademia Cosmografica degli Argonauti* – que tinha uma função similar à Sociedade de Geografia de hoje, ou a partir de 1746, quando o reformador iluminista Gian Rinaldo Carli abriu um curso chamado oficialmente de “Ciência náutica e de Geografia” na universidade de Pádua³. Não tem muita importância o fato de que pouco depois – em 1750 – Carli abandonou o ensino, e que assim a Geografia não teve mais nenhum papel na universidade de Pádua, pois só se falará com frequência de Geografia nas escolas, nos jornais literários ou nas associações científicas depois do primeiro quarto do século seguinte.

Mas, de minha parte, deve-se colocar a questão de outra maneira, ou melhor, de outro ponto de partida. A Geografia – como qualquer outra disciplina científica – antes de ser fundada sobre instituições (escolas, sociedades, periódicos, etc.) é construída sobre problemas e, mais precisamente, sobre a capacidade ou a aptidão que fornece para participar – com seus métodos e ferramentas de trabalho – à solução de determinados problemas. Assim, para entender a origem da Geografia moderna é preciso examinar o momento em que – para além da etiqueta que lhe é dada –

1. GAMBÌ, Lucio. Uno schizzo di storia della geografia in Italia. In: GAMBÌ, Lucio. Una geografia per la storia. Torino : Einaudi, 1973. Tradução de José W. Morais Antunes de Sousa (Núcleo de Pesquisas e Publicações da Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus) e Rogério Haesbaert (Universidade Federal Fluminense).

2. FREEMAN, T. W. A hundred years of Geography. London: Duckworth, 1961; DICKINSON, R.E. The Makers of modern Geography. Nova York: Routledge e Kegan, 1969; MEYNIER, A. Histoire de la pensée géographique en France. Paris: PUF, 1969.

3. Para Coronelli: ARMAO, E. Vincenzo Coronelli. Florença: Olschki, 1944, e o volume Il padre Vincenzo Coronelli dei frati minori coventuali: 1650-1718, em “Miscellanea francesca”, vol. 51, Roma 1951. Para Carli indico ALMAGIÀ, R; Padova e l'ateneo padovano nella storia della scienza geografica, Rivista geografica italiana. 1912, pp. 465-510 (em particular 488-90).

surgiram os problemas com os quais a Geografia moderna se ocupou, com uma eficácia particular, dando lugar à reflexão e favorecendo iniciativas coordenadas de estudos em diversos ramos.

Na Itália, pode-se observar esse fenômeno a partir do século XVIII. Não é por acaso que mencionei, antes, um reformador iluminista: o Iluminismo não foi apenas uma análise ético-jurídica de instituições econômico-sociais, ou uma forma de racionalidade no estudo dos problemas do espírito. Foi também, e particularmente nos estados italianos⁴, uma pesquisa sobre os níveis de vida de determinadas populações, um exame das relações entre a situação econômica e as condições do meio de regiões precisas; por vezes, também, motivou investigações a respeito de conjuntos naturais específicos (clima, hidrografia, solos, vegetação) que permitem conhecer ao mostrar seu significado para o povoamento.

Nesta direção, os problemas que são abordados com maior frequência e que implicam uma ótica geográfica são:

a) A natureza física de um país no que concerne aos recursos agrícolas ou industriais que o homem pode obter: limito-me a recordar – apenas para fins de orientação – os estudos de Arduino Senior sobre as montanhas venezianas e toscanas, de Pini sobre as montanhas lombardas e toscanas, de Vallisneri sobre as montanhas venezianas e emilianas, de Soldani sobre as bacias interiores toscanas, de Fortis sobre os relevos da Apúlia e Abruzos e, enfim, de Spallanzani sobre a cadeia peninsular e as montanhas da Sicília oriental.

b) O estudo das águas correntes e controle das redes hidrográficas, que implicam no dessecamento de pântanos e regulação dos rios a fim de melhorar as condições de instalação humana, a eficiência dos portos fluviais e lacustres, a navegação interior, etc. – trabalhos de infraestrutura que se refletem depois em uma reorganização e aumento da produção agrícola. Aqui os nomes são ainda mais numerosos: citarei apenas Guglielmini, para a disposição [*sistemazione*] do curso final do Reno e dos rios emilianos, Frisi para os mesmos rios e, sobretudo, para os canais de navegação lombardos, Lecchi para os rios e canais venezianos, emilianos e lombardos, Poleni e Zendrini para a laguna veneziana, Perelli para a organização hidráulica e agrícola da planície pisana, Ximenes para aquela da Maremma. Então dali passamos inevitavelmente a temas muito próximos, como os que abordam os primeiros estudos sobre as condições lacustres e marinhas, e que evocam as obras mais notáveis de Marsili.

c) A cobertura florestal nas relações com a economia e a hidráulica; ela dá origem (por causa dos fenômenos de erosão que derivam do desmatamento) a vivas discussões e a úteis compilações de materiais informativos, especialmente nas regiões alpinas orientais pertencentes ao estado de Veneza (aqui citaremos Grisellini e Arduino Júnior) e na Toscana (para a qual os melhores textos são de Targioni Tozzetti⁵).

d) As relações entre crescimento da população, postos de trabalho e potencial alimentar de um país, que são objeto de análises agudas por parte de Beccaria, Genovesi, Ortes (este último é, agora, considerado um antecipador de Malthus).

e) A construção de estradas, que especialmente nos Alpes lombardos e na dorsal tosco-emiliana leva naturalistas, matemáticos e engenheiros civis (às vezes se encontram todas essas formações em uma única pessoa, como, por exemplo, em Ximenes) a experimentar suas teorias com a realização de trabalhos que devem superar uma dura topografia montanhosa.

4. VENTURI, F. Settecento Riformatore: da Muratori a Beccaria. Turim : Einaudi, 1969.

5. Para os pontos a) e c) procurar RODOLICO, F. L'esplorazione naturalistica dell'Appennino. Firenze/ Le Monnier, 1962, e VECCHIO, B. Il problema del bosco negli scrittori del 700 e dell'età napoleonica, Einaudi.

f) A redação dos cadastros que, a partir da metade do século em diante, reúnem material importante para a representação topográfica de diversas regiões, dentre as quais as zonas governadas pelos Habsburgos.

Se para os dois últimos pontos os trabalhos ficaram guardados durante muitos anos nos arquivos dos governos e apenas recentemente se tornaram públicos, para os primeiros houve um número significativo de publicações em circulação – e graças às teses que defendiam – tiveram uma maior difusão até o final do século XVIII e formaram a base dos estudos de geomorfologia, geobotânica, hidrografia, demografia, construções ferroviárias e política econômica no século seguinte.

2

Com a conquista napoleônica, a cultura italiana recebe, depois de uma longa maturação nos países da Europa central, uma experiência da qual a Itália havia participado somente no início (com as relações dos embaixadores venezianos) mas que depois, pelas suas deterioradas condições políticas, havia perdido, isto é, a experiência da estatística como descrição comparada das condições econômico-sociais e dos modos de organização dos Estados, que está ligada precisamente à constituição dos Estados modernos.

A estatística vai se aliar assim, na Itália, às correntes anteriormente indicadas e, por enquanto, não se coloca - como acontecerá mais adiante - com a função de sintetizar seus resultados, através de fusões ou tabulações relativamente superficiais. Na época napoleônica, a sua função, na Itália, é de agilizar a administração e a economia dos dois estados do Norte e do Sul, fornecendo informações de grande importância sobre cada um dos departamentos e precisando sua estrutura e capacidade. Daí as investigações de Melchiorre Gioja⁶ para as regiões do Norte, e de De Samuele Cagnazzi para as regiões do *Mezzogiorno* [Itália meridional], cujos resultados foram recolhidos em “estatísticas” dos departamentos dos dois reinos respectivos (editadas apenas em uma mínima parte durante a era napoleônica, algumas depois e em maior quantidade nos últimos anos). Graças a esse trabalho, foram realizadas monografias de notável organização sobre um pequeno número de partes da Itália: monografias que não se limitam a uma mera narração árida de situações, mas – por mérito da personalidade cultural dos dois autores ou coordenadores – se concentram sobre o exame das relações homem-ambiente e das relações recursos-população e, enfim, os modos possíveis de intervenção, com o auxílio das instituições existentes, para tornar mais racionais essas relações⁷. O ensino de “estatísticas” similares foi tão útil ou convincente a ponto de estimular uma tradição que, depois, permanece viva durante ao menos um século.

6. JAJA, G. Il criterio ed il metodo geografico di Melchiorre Gioia. In: Scritti di geografia e di storia della geografia concernenti l'Italia, in onore di Giuseppe dalla Vedova. Florença: Ricci, 1908. pp. 371-400.

7. Até certo ponto, pode-se questionar se além da palavra geografia, naquela época, circulava a palavra geógrafo. De fato, na Itália não temos até hoje um estudo de fôlego, como há na França (TATON, R. Enseignement et diffusion des sciences en France au XVIIIe siècle, Paris: Hermann, 1964) sobre as condições e os impulsos das ciências no século XVIII. Que eu saiba, devo dizer que até a era napoleônica a definição de “geógrafo” não se encontra. Quando a profissão é assim indicada (por exemplo Ximenes, que trabalhou na corte florentina de Leopoldo I), é conjuntamente àquela de matemático, e assim a “geografia” é vista como a profissão que se ocupa de construção de cartas topográficas.

Pode-se dizer, assim, que durante o período incisivo do *risorgimento* nacional⁸, isto é, entre 1830 e 1870, o termo geografia – que com frequência se aproximou ou se alternou com o termo corografia – foi usado quase exclusivamente em trabalhos de estatística: trabalhos que são, para quem deseja conhecer a Itália daqueles anos, um conjunto de informações – às vezes precioso por seu detalhamento e precisão, e também útil para revelar, nos julgamentos, as ideias predominantes – sobre elementos físicos, topográficos, econômicos, demográficos, políticos (ver a *Corografia fisica, storica, statistica* da Itália em quase vinte volumes, editada entre os anos 1835 e 1845 por Zuccagni-Orlandini, e em seguida os dicionários corográficos de Casalis para o reino piemontês, de Ripetti para a Toscana, de Palmieri para o estado do papa, etc., e o mais compreensivo *Dizionario corografico-universale* da Itália dividido por estados que foi editado em Milão sob a direção de vários autores entre os anos 1850 e 1856. A funcionalidade desse tipo de trabalhos continuou melhorando sua metodologia e às vezes também aperfeiçoando seu questionamento sobre a situação econômica e as condições sociais, depois da unificação nacional, quando alguns dentre os primeiros prefeitos de formação política *risorgimental* decidem promover, entre os anos 1861 e 1875, a redação de tratados integrais das unidades administrativas que eles deviam dirigir (por exemplo Scelsi para Valtellina, o Polesine emiliano, as Marche setentrionais, a Capitanata, e Pani Rossi para a Basilicata).

Mas, à medida que o tempo passava, as “estatísticas” acabavam por se contrair e se esterilizar em trabalhos de mera compilação, isto é, de combinação e resumo de materiais provenientes de diversas ciências, ou somente de aproximação quantitativa em torno a vários problemas que, desde 1861, a onerosa situação do jovem Estado e a irremediável necessidade de conhecer de modo menos genérico a sua realidade, haviam indicado: Já por volta do ano 1890, as “estatísticas” não eram mais (ou eram raramente) o resultado de uma investigação original. Naqueles anos foram iniciadas investigações com uma maior amplitude que forneciam análises muito mais vastas dos problemas nacionais, isto é, as “investigações” parlamentares sobre a agricultura, a indústria, a saúde, as ferrovias e os portos⁹.

É por essas razões que no período do *risorgimento* os estudos geográficos mais originais e sérios – mesmo que não utilizem o termo geografia – desenvolvem-se na esteira da herança iluminista, que continua em geral autônoma, ao menos até por volta de 1840, em relação àquela iniciada com as experiências da estatística napoleônica, ou se cruzam apenas em algumas ocasiões, e somente se unem em uma ocasião excepcional, na metade do século, e por pouco tempo. Na verdade, os que se inclinam sobre tais problemas, que são de enorme disparidade temática – por exemplo, geomorfólogos como Pilla, hidrólogos como Lombardini, geobotânicos como Parlatore, demógrafos como Messedaglia, historiadores das explorações e corologistas como Marmocchi e Gråberg – operam em grupos que vinham se distinguindo e diversificando entre si, porque o progresso rápido das ciências favorecia naquele período uma franca articulação disciplinar. Quando os termos geográficos presentes em suas problemáticas eram valorizados na medida em que se enquadravam em áreas particulares de estudo.

Uma notável ocasião de encontro entre esses homens de ciência – que em grande parte tinham conservado a capacidade iluminista de identificar as estreitas ligações entre ciência e o modo de organização da sociedade, ou seja, suas direções políticas – são os “congressos de cientistas” que se unem nos maiores centros políticos e culturais (frequentemente as duas coisas coincidindo) de

8. O autor se refere ao movimento nacional dito Risorgimento, ou seja, período histórico compreendido entre o final do século XVIII (ou, mais especificamente, 1815) e 1870, quando se deu o processo de formação do Estado unitário italiano. Manteremos a palavra italiana. (N. do T.)

9. CANDELORO, G. *Storia dell'Italia moderna*, vol. VI : 1871-1896, lo sviluppo del capitalismo e del movimento operaio. Milão : Feltrinelli, 1970, pp. 68-83 e 187-216 (e bibliografia relativa).

diversos estados da Itália entre 1839 e 1847. Mas é possível observar que em tais congressos, com exceção daquele do ano de 1844 em Milão (por razões que irei expor) não configurou mais uma seção geográfica autônoma (nem mesmo no congresso de Veneza, em 1847, no qual participou Ritter). Os temas que agora se chamam geográficos, ou que formam, por exemplo, o conteúdo desconexo e incoerente das reuniões de geógrafos contemporâneas, são examinados nas seções mais diversas, e não são por eles vistos como avulsos: geomorfologia, mineralogia, hidrologia, botânica, agricultura, arqueologia, comunicações rodoviárias e ferroviárias. A única vez em que funcionou, nos congressos científicos, uma seção autônoma de Geografia foi – como já mencionado – em Milão, em 1844, por iniciativa de um homem que não se enquadra nas categorias atuais, visto que se inseriu e agiu de corpo e alma nos complexos problemas e nos eventos tormentosos da sociedade padana durante a época do *risorgimento*: Carlo Cattaneo. E isso tem um particular significado. Com Cattaneo se tem, entre 1835 e 1868, o maior esforço para fazer da Geografia italiana – ou melhor dizendo, de um plano científico que poderíamos identificar com Geografia – uma disciplina “ativa”, ou seja, capaz de compreender como a realidade, seja natural ou social, transcorre em continuidade em formas novas e se modifica, e de examinar o modo com o qual a energia, a invenção, a capacidade de organização dos homens sabe, pelas vias mais diversas, responder melhor às condições que o ambiente impõe, construindo em oposição a esses obstáculos – ora favoráveis, ora dominantes – uma civilização própria¹⁰.

Compreendida desse modo, porém, a ciência (e, portanto, também, a Geografia) não é estruturável, segundo Cattaneo, por meio de uma abordagem sistemática ou institucional, mas sim com base em problemas: e a única razão do trabalho cultural são os problemas em que investem, de tempos em tempos, diversas áreas científicas. Mas quando uma dessas áreas quer ganhar estatuto de instituição, torna-se uma abstração. Basicamente, cada área designada da ciência tem valor apenas se consegue indagar de modo profícuo – e, assim, ajudar a solucionar – problemas singulares ou integrados entre si: porque a ciência, para Cattaneo, é utilidade social. Ao contrário, essa ciência não tem valor quando fragmenta ou divide os problemas em segmentos, com várias designações, e substitui uma visão genética e funcional da realidade – ou seja, uma visão histórica – por uma abordagem horizontal.

Os textos de Cattaneo em torno de problemas agrônômicos, viários e demográficos, lombardos em particular, sobre a estrutura e a evolução do urbanismo na Itália e as relações com o regionalismo (do qual ele foi um ardente defensor nos anos da equivocada unificação baseada no centralismo), são aqueles em que melhor se percebem suas orientações.

No círculo cultural criado e mantido vivo por muitos anos por Cattaneo (é interessante lembrar os periódicos *Annali universali di statistica* fundados em 1824 pelo jurista e economista Giandomenico Romagnosi, onde ele escreveu com frequência a partir de 1830, e o *Politecnico* por ele fundado e dirigido nos anos entre 1839 e 1844 e entre 1860 e 1863), ele gestou uma escola de homens de vanguarda para a vida italiana no primeiro período da unidade nacional. De vanguarda por sua militância nas correntes políticas democrático-radicalis ou ligeiramente socialistas, e porque eles se destacaram por uma avaliação ou inspiração fortemente política em seus trabalhos científicos. Limito-me a citar Agostino Bertani que, em 1871, viria promover a iniciativa parlamentar da grande pesquisa nacional sobre as condições das classes agrícolas e a situação da agricultura no plano institucional, econômico, da tecnologia.

10. Concordo com as análises de PUCCIO, U. Carlo Cattaneo, storico ed ideologo della borghesia e dello sviluppo capitalistico. *Studi storici*, 1970, pp. 698-742.

No entanto, tal direcionamento não teve sucesso no âmbito da cultura – e, assim, também nos estudos geográficos – porque depois da unidade nacional, entre 1860 e 1870, as ciências foram encasteladas em uma legislação que deixou pouco espaço aos desenvolvimentos racionais e aos impulsos de vanguarda.

3

A legislação que nos últimos meses de 1859 – em plena fase de parto da unificação nacional - estabilizou a estrutura da escola italiana, cujo cerne permanece em vigor até o primeiro quarto deste século e (apesar do distinto arranjo constitucional depois de 1948) pode ser considerada a trama de base da escola de cada ordem até os nossos dias, deu-se por iniciativa ministerial (que não foi avaliada e, portanto, não foi sancionada pelo parlamento) do conde lombardo Casati, homem de posição política muito moderada, educado em ambiente que tinha forte ligação com a cultura alemã. No que concerne à universidade, sua legislação¹¹ foi baseada em um modelo muito hierarquizado, inspirado nas fórmulas prussianas. No entanto, entre as disciplinas oficiais ensinadas na universidade, Casati tinha incluído também a Geografia, atribuindo-a à faculdade de humanidades. A origem de tal solução é evidente: desde 1820 a Geografia era ensinada de forma estável na Universidade de Berlim por Ritter (que havia falecido alguns meses antes).

Mas esse reconhecimento da Geografia por Casati fazia parte de um ambiente cultural onde (à exceção dos tradicionais “estatísticos”, muitos entre os mais célebres, como, por exemplo, Balbi, falecido há pouco tempo, ou De Luca, já muito idoso) não havia geógrafos de mesma formação como a realizada nas universidades dos estados alemães, e imprimiam uma abordagem descritiva de regiões – consideradas como individualidades – variando entre o estatístico-quantitativo e o histórico-topográfico. Em consequência, alguns anciãos estatísticos receberam a função de ensinar Geografia, limitando-se a um trabalho corográfico superficial e evitando tocar nos problemas mais cruciais do jovem Estado que podiam envolver sua especialidade – a exemplo do exame da realidade econômica de diversas regiões, uma mais correta e ampliada informação sobre suas condições ambientais, etc. ou então o ensino é conferido a vários estudiosos de história (neste caso, certamente, faz eco a escola de Ritter). No melhor dos casos, volta-se a uma erudição histórica, isto é, a uma história das explorações ou das escolas que forneciam portulanos e mapas – o que poderia satisfazer também o incipiente nacionalismo das classes dirigentes – ou à minuciosa topografia histórica e, algumas vezes, a problemas etnográficos. Essa reorientação terá muito sucesso pelo menos durante os cinquenta anos depois da unificação, e seus nomes mais conhecidos são Malfatti (um epígono, na metade do século, da escola de Ritter, que havia trabalhado depois de 1857 no círculo de Cattaneo), bem como Amat di Sanfilippo, Uzielli, Hugues, etc. Daí surgiu depois uma linha de investigação extremamente rica, e a cujas raízes está ligado um dos geógrafos mais importantes da metade do nosso século: Almagià.

Mas essa eficiente linha da Geografia humanista foi superada, no final do século, por uma orientação de inspiração diversa, e melhor adaptada ao espírito daquele período, isto é, ao positivismo. Essa orientação aparece claramente nos trabalhos de Giuseppe dalla Vedova que, alguns anos antes de 1860, havia estudado em Viena (não é preciso enfatizar os laços culturais dos países vênets e de Val d'Adige com os países governados pelos Habsburgos) onde a Geografia era

11. TALAMO, G. *La scuola dalla legge Casati alla inchiesta del 1864*. Milão : Giuffrè, 1960, pp. 16-22.

ensinada na esteira da cultura alemã. Em 1868, ele começa a ensinar Geografia na Universidade de Pádua e em 1875 transfere-se para a Universidade de Roma. Para seu antigo posto em Pádua, indicou o nome de Giovanni Marinelli que em 1893 (após falecer o friulano Maffatti) se transferiria à universidade de Florença, e depois que esse morreu (1900) o filho Olinto foi chamado a seu posto.

Formou-se assim, com vínculos de solidariedade extremamente forte entre discípulos, uma escola que trouxe para a Itália, e em certo modo impôs, as teses institucionais da Geografia alemã de Peschel a Ratzel, com a sua interpretação evolucionista – e não mais teológica, como havia sido originalmente em Ritter – do nosso globo como organismo (na mesma direção, Maffatti já havia defendido a unidade das forças do cosmo em 1868) e da superfície da Terra como biosfera, com os seus princípios metodológicos de distribuição, de comparação, de inter-relação entre os fenômenos. Princípios esses que permitiram àqueles geógrafos incluir em sua visão de ciência alguns termos das abordagens histórico-eruditas que foram mencionadas: os tipos de problemas de investigação topográfica, arquivística e etnológica cuja metodologia melhor se presta a um trabalho de catalogação ou descrição quase naturalista¹².

Certamente, a ordem de ideias desses geógrafos tinha uma motivação e um proveito na configuração da cultura que então se dava na Itália – como em boa parte da Europa – segundo os cânones do positivismo experimental. Mas não podemos esquecer que o positivismo teve na Itália uma função particular como sistema científico da nova burguesia industrial e latifundiária, junto à gestão do Estado, depois da unificação: um sistema que servia para sustentar extraordinariamente não apenas as formas de produção daquela classe, mas também a estabilidade e força de seus poderes. Conquistada a direção do Estado em oposição à autoridade religiosa, mas também sufocando e podando os apoios revolucionários das massas populares, a nova burguesia não poderia procurar seu fundamento ideológico em uma teoria religiosa (como foi o romantismo) e muito menos em uma teoria revolucionária (como foi anos depois o socialismo). Era um materialismo desprovido de tendências subversivas, que lhe era muito mais conveniente¹³.

Os reflexos dessas diretrizes emergem também nos trabalhos dos geógrafos: a orientação da escola nascida de Dalla Vedova e posta em maturação por Marinelli filho foi não apenas bastante fiel aos determinismos ambientais e à evolução por etapas, como também foi defensora assídua da autoridade da ciência gestada pelos universitários e da sua funcionalidade independente dos apelos, instâncias ou impulsos abertos de índole social. Entretanto, assim, está muito próxima das iniciativas políticas condicionadas pelas participações industriais ou comerciais, pelas quais a ciência podia exercitar – contra a oposição de esquerda – papéis justificados, para depois tomar partido em favor primeiro das aspirações coloniais africanas e em seguida das reivindicações nacionais sobre as regiões alpinas orientais e istriano-dálmatas. Por consequência, era incapaz – por seu exclusivismo em tal direção – de compreender a dinâmica histórica, seja nas estruturas da sociedade, seja nas vicissitudes da cultura.

Conjuntamente ao âmbito universitário, a Geografia tinha, ao longo dos trinta últimos anos do século XIX, uma área de atuação na sociedade científica nascida naquele período. Em 1867 foi criada em Florença – para onde há pouco tempo, desde Turim, havia se transferido a corte, o parlamento e os ministérios – a Sociedade Geográfica Italiana que, alguns anos depois, em 1872, uma vez

12. Um esquema panorâmico da Geografia italiana nos primeiros cinquenta anos depois da unificação, e útil repertório bibliográfico de instituições, periódicos e autores encontra-se em: ALMAGIÀ, *La Geografia*. Istituto per la propaganda della cultura italiana, Roma, 1919.

13. Referência a SERENI, E. *Il capitalismo nelle campagne (1860 – 1900)*. Turim : Einaudi, 1968.

conquistada Roma, seguiu o novo deslocamento das mais altas instituições governamentais¹⁴. Em 1879 era fundada em Milão a Sociedade de exploração comercial na África (depois denominada Sociedade de exploração geográfica e comercial) pela iniciativa de vários industriais e comerciantes milaneses que buscavam, na bacia do Nilo e ao longo das costas orientais africanas – a partir de então acessíveis graças ao Canal de Suez – uma zona para vender as produções laníferas e metalúrgicas lombardas e, especialmente, uma fonte de matérias primas para a nascente indústria química¹⁵.

A primeira dessas sociedades correspondia à realização de um projeto muitas vezes proposto e examinado nas conferências científicas do *risorgimento*, em particular depois de 1844 (nesse ano o estatístico Ranuzzi formava em Bolonha um *Ufficio di corrispondanza geográfica*). No início ela foi animada por vários homens que, como Negri e Correnti, ambos milaneses, tinham participado daqueles congressos. Instituindo-se, põe-se por finalidade preencher as numerosas e graves lacunas que a cultura italiana tinha em torno da Geografia em geral e, principalmente, das condições econômico-ambientais nacionais, tão mutáveis de região para região. No entanto, depois, por volta de 1875, quando Correnti a dirige, a orientação da Sociedade muda. Nos anos de juventude, Correnti tinha frequentado o círculo de Cattaneo, mas separou-se dele em 1848 para confluir, pouco a pouco, por volta de 1855, no grupo dos moderados. Sua evolução termina quando ministra aula inaugural na Universidade de Roma, em 1872, e enuncia a teoria da predestinação geográfica italiana para a redenção do continente africano. Sob o impulso de Correnti, a Sociedade, mesmo não renunciando aos seus proclamados fins científicos, que lhe forneciam útil cobertura, concentra-se com mais energia sobre o problema colonial, não apenas com a promoção de viagens de exploração ou a edição de relatos de viagem, mas também se colocando, com seus homens, a serviço de escolhas governamentais (já manifestadas em 1870), para uma penetração pioneira na África oriental.

Na verdade, os fins da Sociedade milanese eram muito mais claramente expressos. Provavelmente por este motivo ela desmorona no final do século, com a crise da conquista colonial na África oriental (1893-1895). Ao contrário, a crise enfraquece apenas por alguns anos a Sociedade de Roma que, sob a direção de Dalla Vedova, inclinou-se por um tempo a estudos eruditos ou restritos à Geografia nacional¹⁶. Ela permanece, no entanto, na esfera das iniciativas governamentais e retoma, entre 1906 e 1910, sua função de peça, ou melhor, de primeira sondagem, para os projetos de novas conquistas ou expansões coloniais italianas (na África oriental e setentrional e, depois, na península da Anatólia e na planície mesopotâmica). Essa reorientação está bem expressa pelos homens que foram chamados para ocupar a direção dessa instituição até o fim do período fascista: homens que não são geógrafos, mas ex-ministros ou parlamentares que pretendem se tornar ministros, diplomatas, generais, almirantes, etc. Em tais condições a instrumentalização da Sociedade para os fins dos ministérios romanos se amplia.

Para indicar apenas um caso, nos primeiros cinquenta anos do século (na verdade também depois) a Sociedade quase não teve a mínima consideração por aquele nó pesado e não resolvido da situação nacional que é o problema do *Mezzogiorno* – um problema que tem numerosas implicações para os geógrafos – e abordou apenas a seus efeitos migratórios, com uma sequência de investigações realizadas nos países sul-americanos entre 1890 e 1907, investigações que parecem

14. Sobre os primeiros trinta anos de vida dessa instituição ver CARAZZI, M. *La Società Geografica Italiana e l'esplorazione coloniale in Africa (1867-1900)*. Florença : Nuova Italia, 1972.

15. KEMÉNY, A. *La Società d'Esplorazione Commerciale in Africa e la politica coloniale (1879-1914)*. Florença : Nuova Italia, 1973.

16. DALLA VEDOVA, G. *La Società Geografica Italiana e l'opera sua nel secolo XIX*. In: *Atti del Congresso internazionale di scienze storiche*, Roma, 1903, vol. X, pp. 203-62, e integralmente no volume *Scritti Geografici scelti, coordinati ecc. a cura di un comitato di geografi*, De Agostini, Novara, 1914, pp. 267-332.

ter como finalidade precisa defender as teses do governo e das classes moderadas sobre o fenômeno da migração em direção à América, ou seja, o êxodo era considerado útil e indispensável, funcionando ora como válvula de escape dos trabalhadores do *Mezzogiorno*, ora como forma de contrabalançar um superpovoamento ao qual se juntava o problema da aleatoriedade da ocupação agrícola, como forma de conseguir dinheiro para reinvestir nas comunas de origem. Seguindo essa linha de ação, não será surpreendente se, depois de 1912, a Sociedade se tornar uma das pontas de lança do nacionalismo italiano.

Esse engajamento governamental muito claro da Sociedade de Roma, com toda probabilidade, não foi alheio aos motivos que levaram à fundação, em Florença, na virada do século (1895), de uma nova sociedade, nascida por iniciativa dos dois Marinelli: a Sociedade de estudos geográficos [*Società di studi geografici*]. Basicamente, ela tinha os mesmos conteúdos e fins daquela mais antiga, mas queria evitar manifestações de ordem política e limitar seu trabalho à ciência, distinguindo-se decisivamente, a qualquer custo (e, assim, com notável miopia), entre as duas opções¹⁷.

Com a ação das duas sociedades, romana e florentina, e com o ensino em muitas universidades, a Geografia “integral” na sua orientação ecológica de pesquisa de relações mútuas, contínuas e ubíquas entre o meio e o homem, esforçava-se pouco a pouco por inserir-se entre os quadros da cultura. Nessa direção, o mais notável impulso foi dado pelos congressos nacionais de Geografia, que os geógrafos começaram a realizar em 1892 e que depois passaram a ocorrer regularmente – com uma discreta participação de estudiosos de disciplinas mais ou menos vizinhas – em média a cada 3 ou 4 anos. No entanto, apesar dessas iniciativas, não se pode dizer que as posições dos geógrafos tenham se tornado prestigiadas no panorama da cultura italiana. O vigor de seus trabalhos foi fraco, com a mesma metodologia de pesquisa e uma mera descrição de condições visíveis e relações elementares, procurando associar (para demonstrar sua coexistência) os fenômenos físicos e humanos atuantes na superfície terrestre e enquadrá-los em classificações pré-estabelecidas. Assim, o eco de seus discursos foi escasso¹⁸. Nem mesmo o destino da disciplina poderia se beneficiar daquela fama que as viagens de exploração lhe haviam dado nos países vizinhos, pois a participação italiana dos verdadeiros geógrafos foi bastante fraca e iniciou somente no começo do século, com as viagens que Giotto Dainelli e Olinto Marinelli fizeram juntos, entre os anos de 1908 e 1906, na Eritreia, e entre 1913 e 1914, no Karakorum e no Sinkiang.

Até a metade do nosso século, boa parte da produção nacional sobre temas geográficos está contida no âmbito das duas Sociedades antes citadas (em suas revistas ou edições colaterais) e dos congressos periódicos (que regularmente publicavam os anais). Após 1930 a ela se integrou a atividade de um comitê coordenando os trabalhos geográficos no interior da maior instituição nacional para a pesquisa científica: o CNR¹⁹. Mas foram âmbitos bastante fechados, ou que ficaram conhecidos somente por aficionados e iniciados. Os livros originais dos geógrafos italianos não conseguiram criar um mercado cultural de certo valor, uma notoriedade com a qual atraíssem leitores que procuravam informar-se seriamente da evolução da ciência, e não houve nem mesmo um editor

17. A única reação contra essa miopia, assim como à orientação filo-imperialista da Sociedade Geográfica, foi a revista *La cultura geografica*, fundada em 1899 por dois jovens (com orientações políticas socialistas), Cesare Battisti e Renato Biasutti, mas publicou-se apenas 10 números. No último número, os dois responsáveis se declararam “anti-africanistas convictos, no sentido de que parece necessário o abandono da Eritreia, que representa para nós apenas uma ameaça constante de novas despesas infrutíferas” (no artigo editorial *Giardini sperimentali nell'Eritrea*, fasc. 9-10, p. 94).

18. Em conferência no final de 1915 na universidade de Florença, O. Marinelli (*La Geografia in Italia*, In: *Rivista geografica italiana*, 1916, pp. 1-43) declara que “a posição que [nas escolas de diferentes níveis] ocupa uma disciplina, é decisiva para a importância que esta venha a ter no país e para seu próprio desenvolvimento. Pois bem, não há dúvida que a esse respeito a Geografia na Itália está em posição pouco confortável e que tem piorado, ainda que lentamente, nas últimas décadas” (*ibid.* p. 16).

19. Conselho Nacional de Pesquisa (*Consiglio Nazionale delle Ricerche*). (N.T.)

que mostrasse, através dos escritos dos geógrafos italianos (para aqueles de outros países houve certas exceções)²⁰, uma disposição tão favorável como a que se tinha naquela época pelos livros de história civil e de arte, de teoria econômica ou de ciências naturais e para os relatórios de explorações. Observando de perto, de fato, percebemos que a viva polêmica que vigora em outros países da Europa em torno da natureza da disciplina, uma ou plural, desaparece totalmente das obras dos geógrafos – com exceção de uma – ou é sufocada por posições dogmáticas dos mais importantes professores universitários: ciência de síntese ou conglomerado de informações emprestadas de ciências autônomas? Capaz ou não de fundir e amalgamar entre si, por meio de seus serviços, problemas naturalistas e históricos? Ciência que exercita seus ritos numa fortaleza pouco acessível ou uma ciência aberta aos problemas da sociedade?

E pensar que as provocações para discutir tais questões na Itália foram provavelmente mais numerosas que em outros países. Os claros questionamentos sobre os conteúdos formativos da Geografia ensinada nas escolas, no início do século, resultantes de algumas investigações²¹, não obteve uma resposta razoável por parte dos geógrafos. Se recentemente foi evocada a influência de Bergson sobre os geógrafos franceses²², na Itália, em vez disso, o historicismo crociano²³, que – por sua configuração ideológica – estava também em melhores condições de incentivar um autoexame entre os geógrafos (ou um diálogo destes com os historiadores), na verdade foi um estimulador de questões nessa direção²⁴, não tendo claramente o mínimo eco entre os geógrafos. Deve-se precisar que a única iniciativa de insubordinação aos rígidos critérios de metodologia estabelecidos por aqueles mestres que defendiam a capacidade de síntese entre diversos domínios do saber e, desse

20. Por exemplo, em 1870 foi publicada uma versão italiana de MARSH, G. P. *Man and Nature* (1864). Foi o período de maior influência dos alemães: entre 1991 e 1996 saiu a primeira edição de *Völkerkunde*, em 1904 houve a tradução do *Die Erde und das Leben* e em 1914 iniciou-se a de *Anthropogeographie* (que ficou apenas no primeiro volume) de F. RATZEL. Em 1911 foi a vez da nona edição de *Lehrbuch der Geographie* de H. WAGNER. Enfim, *Nouvelle Géographie Universelle* de E. RECLUS saiu em 16 volumes entre 1884 e 1900. Inútil dizer que foram muito numerosas as traduções de relatos de exploradores ingleses e alemães na África, especialmente a Centro-Oriental; por exemplo, Livingstone, Barth, Munzinger, Stanley, Baker, Grant, Speke, Schweinfurth e Rohlf.

21. Ver: GALLETI, A. e SALVEMINI, G., *La riforma della scuola media : notizie, osservazioni, proposte*. Palermo : Sandron, 1908, pp. 341-42; os dois volumes de *Atti della Commissione Reale per l'ordinamento degli studi secondari in Italia*, 1909, e em particular o vol. I: Relazioni, pp. 319-21 e 388-91 (a Geografia deve constituir-se como disciplina formativa e não permanecer, como hoje, uma compilação de informações, isto é, "um amontoado enciclopédico de conhecimentos desordenados" com tendência a "invadir e subjugar". Essa separação ocorre entre duas partes que têm conteúdos de caráter mais oposto e por isso os professores de História devem ensinar a Geografia político-econômica e os professores de Ciências naturais a Geografia física); no volume dos *Atti della Commissione Reale per il riordinamento degli studi superiori [universitari]*, sob direção do Ministério da Instrução Pública, Roma, 1914, a relação final, onde é marcante o total silêncio – seguramente deliberado – quanto à Geografia, quando se discute seja das faculdades de Humanidades, seja das de Ciências naturais, e onde permanecem (p. 153) com eles que não conseguem fazer uma distinção – e os geógrafos pertenciam a esse grupo – entre espírito científico e método científico ("o objeto de estudo ditará o método etc."). Da mesma forma, os geógrafos manifestam posições antiquadas face aos problemas da estrutura dos estudos universitários. Por exemplo, durante um reconhecido congresso da Associação Nacional entre os professores universitários, que ocorreu em Roma em 1912 (cf. *Atti del Congresso Universitario*, Roma 11-13 de abril de 1912, Pavia, 1912, p. 40), o geógrafo G. Ricchieri – entre os mais célebres naqueles anos, e o único que aí participou – foi um dos mais diligentes e rígidos defensores (*ibid.*, pp. 15 e 18) de uma solução já funcional ao capitalismo industrial, que almejava "a separação entre as duas metas da instrução superior: aquela científica e a de preparação profissional" e, assim, entre a *laurea* científica – reservada a uma exigua e seleta elite – e o diploma profissional, para a maioria. Tese – naqueles anos, na verdade, combatida por muito poucos professores universitários (*ibid.*, p. 16) – que até os nossos dias teve um acolhimento por parte de grupos políticos conservadores.

22. MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique* cit., pp. 40-41.

23. Referente a Benedetto Croce (1866-1952), historiador italiano. (N. T.)

24. Limite-me a indicar apenas alguns textos, sejam históricos ou teóricos, de CROCE, B. *Storia del Regno di Napoli*. Bari: Laterza, 1925, considerações finais; o parágrafo 4 por inteiro (ambiente natural e história no *Mezzogiorno*); *Ultimi Saggi*. Bari: Laterza, 1935, pp. 43-58 ("função meramente prática e instrumental ou econômica" das assim ditas Ciências da terra); *La Storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1938, pp. 19-24 (o conhecimento histórico como totalidade do conhecimento); *Il carattere della filosofia moderna*. Bari: Laterza, 1941, pp. 1-22 (teoria econômica das Ciências da natureza).

modo, a grande amplitude da Geografia – ou seja, a posição de Alberto Magnaghi²⁵ - pagou um alto preço no âmbito da carreira universitária de quem a tinha formulado. Deve-se acrescentar que os raros posicionamentos marcados pela heterodoxia, frente às atitudes mais comuns e manifestações quase unânimes dos geógrafos em relação aos eventos dos anos dominados pelo fervor nacionalista e colonialista, foram recebidos com uma hostilidade glacial. Essa heterodoxia se observa nos trabalhos de Arcangelo Ghisleri, em 1912, em oposição às conquistas da Tripolitânia e da Cirenaica²⁶, e nas teses formuladas por Carlo Maranelli, em colaboração com o historiador Salvemini, em 1918, por uma solução do problema adriático, defendendo que se deixassem totalmente aos eslavos as regiões litorâneas croatas, dálmatas e montenegrinas.

Uma consequência dessa situação, da qual foi feito um rápido esboço, é que, até os anos do primeiro pós-Guerra [Primeira Guerra Mundial], não se consegue encontrar nem mesmo, na pesquisa daqueles que se proclamavam “geógrafos”²⁷, linhas de força de algum relevo: há um pouco de tudo e, em geral, uma grande fragmentação e dispersão²⁸. Em contraposição ou evasão aos apelos – na verdade, aos cânones teóricos – que exigiam uma síntese, predomina uma orientação fragmentada e de análise detalhista: o relevo cárstico, a glaciação e os fenômenos de erosão local, etc. tornam-se uma forma inevitável de benefício financeiro para o jovem geógrafo. Trata-se de um cansativo trabalho de formiga – de valor intelectual quase nulo, mas de algum resultado para a redação de descrições ou topografias – sobre as manifestações da distribuição da população e seus tipos de povoamento, das culturas locais, da pluviosidade e da temperatura, etc. Assim, nas mãos de um homem versátil e de lúcida intuição para as relações ambientais, esses materiais podiam – magistralmente escolhidos e interligados – dar frutos de alto valor didático, como foi o *Atlante dei tipi geografici* editado por Olinto Marinelli, em 1922. No entanto, é preciso ainda esclarecer que um número muito limitado de novidade no que concerne aos termos e funções interpretativas dos estudos geográficos é bem recebido na Itália no primeiro quarto do século. Depois dos encontros com o estadunidense William Davis – que visitou a península percorrendo diversos itinerários em 1908 e 1911, e que convidou Marinelli a participar, com uma delegação italiana, à viagem transcontinental de 1912 aos Estados Unidos – a teoria de Davis sobre os ritmos cíclicos de erosão teve na Itália a recepção incondicional dos geógrafos (os geomorfólogos foram, ao contrário, mais cautelosos). Mas, na mesma época, a nova temática geo-humanística de Vidal de la Blache teve um revérbero muito fraco e um tanto deformado na Itália, e não há – fora as exceções que sempre impõem um limite a toda regra – nenhuma efetiva orientação em direção à investigação regional, tal como era realizada com acuidade e de forma útil pelos franceses²⁹. Melhor dizendo, somente tiveram repercussão os problemas estudados por Gallois na França, isto é, a personalidade de minúsculas regiões e o significado de seus nomes: um tema desenvolvido sobretudo por Almagià e, em geral, pelos geógrafos que haviam conservado alguma herança das correntes surgidas com a primeira geração após o *rissorgimento*. Mas não se pode dizer em que medida o tema foi percebido como um elemento dos debates – em curso durante cinquenta anos depois da unificação e retomados no início

25. Seu livro *Geographi Italici Miores*. Florença: Edizioni della Voce, 1916, conserva importantes elementos de reflexão, úteis até hoje.

26. Colônias italianas de 1911 a 1943 na atual costa da Líbia. (N.T.)

27. Por isso as considerações a seguir não envolvem os estudiosos de Ciências da terra bem individualizadas, como a Geomorfologia – onde o autor mais importante desse período foi Gaetano Rovereto – ou a Climatologia – na qual lembramos pelo menos Francesco Vercelli.

28. Uma visão geral – mas somente descritiva, sem qualquer consideração no plano da história cultural – da produção geográfica na Itália do início do século aos nossos dias, foi feita no volume *Un sessantennio di ricerca geografica italiana*, Società Geografica Italiana, Roma, 1964.

29. MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique*. *Op cit.* pp. 97-115.

do século – em torno da conveniência de uma articulação regional na gestão do Estado. Certamente o tema dos nomes regionais como indicadores de uma individualidade declinante ou eficiente, ou em formação, não era ligado pelos geógrafos a essa instância política – exceto pelo radical antigovernista Ghisleri –, e até vinte anos atrás os geógrafos jamais davam a entender que tinham algo a dizer sobre o regionalismo e seus conteúdos políticos.

Em todo caso, uma melhor continuidade das orientações humanísticas após a unidade italiana ocorreu nos trabalhos de história da Geografia e, por relação natural, de história das explorações: abordagens em que se distinguiram, até o início do século, Almagià e Magnaghi, cujas obras mais significativas aparecerão no período entre as duas guerras. No entanto, há uma nova trama que aparece de forma menos expressiva naqueles anos, mas que já revela de modo seguro sua relevância: a história dos povoamentos e, em particular, das configurações e das evoluções urbanas. E não é uma surpresa que um dos primeiros casos estudados a partir de 1909, por meio do trabalho de Gribaudo *senior*, tenha sido Turim, que graças às indústrias tinha superado há cerca de quinze anos a crise econômica subsequente à perda de seu papel político em 1864. Mas a nova trama, que até cerca de 1930 terá relação especialmente com as zonas centro-setentrionais do país, apenas agrava uma disparidade, constatável desde os eventos científicos do *risorgimento*, e que havia crescido depois da unificação: a disparidade no número e alcance dos estudos geográficos relativos às diversas regiões da Itália. Desse modo, as áreas centro-setentrionais, de modo comparativo, precedem em muito as meridionais ou insulares, e o Sul é uma zona deixada à margem não apenas pelos governantes mas também pelos geógrafos. Em resumo, se retirarmos a produção mais original de Carlo Maranelli (que, não por acaso, tinha uma posição socialista) e o volume que Roberto Almagià dedicou às regiões meridionais na sua poderosa investigação sobre os efeitos erosivos peninsulares, os termos geográficos da questão do *Mezzogiorno* viriam a ser analisados com a devida amplitude somente depois da última guerra, e inicialmente por pesquisadores de fora da Itália (R. Dickinson e F. Vöchting).

No entanto, a produção dos geógrafos é plena de trabalhos de todo tipo sobre os Alpes, a planície padana, as seções setentrional e intermediária da cadeia peninsular e a Toscana. Mas em geral são trabalhos sobre fenômenos particulares e zonas muito pequenas. Para a planície do rio Pó em seu conjunto somente em 1914 há uma monografia [*memoria*] de Geografia regional sobre os tipos de povoamento rural, feita por Lorenzi, tendo como referência os franceses do mesmo período. Mas não é um trabalho vultoso, ou melhor, é um desenho perspicaz sobre situações e problemas que – apesar de prontamente divulgada e aceita – só conseguiu animar uma tradição depois de um certo período de tempo. Em tais circunstâncias, a Primeira Guerra mundial também contribuiu para o retardo ou à interrupção desses estudos.

De qualquer forma, a guerra dos anos 1915-1918 teve um valor particular para os geógrafos italianos: à exceção de raros casos, como já mencionei, a burguesia era a classe de onde os geógrafos provinham e à qual permaneciam fortemente ligados ideologicamente. Daí o nacionalismo aberto e intransigente de suas atitudes, intensificado no início do nosso século, quando se depararam com um capitalismo já orientando para soluções imperiais. Um nacionalismo exagerado por conta de motivos específicos: a antiquada e infundada presunção dos geógrafos tentando fazer coincidir as regiões naturais com as unidades políticas, que os levava a defender que os verdadeiros confins do Estado italiano deveriam delinear-se sobre os divisores alpinos (englobando assim, inteiramente, a leste, o Val d'Adige e o planalto istriano)³⁰. Em seguida, as origens de um bom número de geógrafos

30. A identificação de uma *pátria* com a “região natural” italiana é algo muito frequente nos autores estatísticos do século passado, citando-se alguns: ZUCCAGNI ORLANDINI, A., *Corografia fisica, storica e statistica dell'Italia e delle sue isole*. Firenze: Tipografia all'Insegna di Clio, 1836-45, em 16 volumes de texto e 5 de mapas: vol. I, pp. 3-121; BALBI, A. *Dell'Italia e dei suoi naturali confini*, *Gazzetta di Milano*, julho 1841 (reeditado em *Scritti geografici, statistici e vari, raccolti e ordinati dal figlio*, vol.

(aqui é provável uma influência ou uma menção direta dos primeiros mestres oficiais, também daí originários) que eram venezianos, friulanos ou trentinos, ou seja, zonas – as primeiras – de fricção por muitos séculos com populações de civilização diversa ou – a última – zona culturalmente italiana mas politicamente austríaca, portanto embebida de reivindicações e irredentismos; e, por fim, o discreto destaque de militares de alta hierarquia – por exemplo, na Sociedade geográfica romana e na mobilização dos congressos. Por isso o nacionalismo dos geógrafos se desencadeia entre 1915 e 1918 e se agrava nos anos seguintes, quando têm lugar as disputas em torno da demarcação dos Estados nascidos logo depois do desmembramento do Império austríaco e da repartição da herança colonial alemã.

A principal arena dessas manifestações foi a Sociedade Geográfica romana, que organizou em 1916 a edição de um dicionário com os topônimos em versão italiana do Tirol meridional e da península de Ístria, e cujo *Bolletino* social divulgou até 1920 numerosos artigos explicativos das ambições italianas – de diversos gêneros – sobre a região alpina oriental, o litoral dalmático, os países balcânicos e a bacia oriental do Mediterrâneo. No último ano de guerra cada fascículo dedicou-se a uma seleção – uma tenebrosa salada – de artigos, exortações, declarações, etc. relativos à guerra e às reivindicações coloniais. Com tais iniciativas os geógrafos acabaram por seguir as soluções dos militares cujos desenhos faziam coincidir os confins nacionais não mais com os limites etnolinguísticos – segundo uma tese do *risorgimento* que os mais sérios geógrafos do século passado acolhiam – mas com os limites oro-hidrográficos e, além disso, pela conveniência de estabelecer bases militares seguras e nada pacíficas sobre ou no reverso dos baluartes montanhosos. Foi assim que os geógrafos italianos renunciaram a uma sugestão do maior geógrafo trentino (Battisti, condenado à morte pela corte militar austríaca em 1916) que considerava italianas somente as partes do Val d’Adige ao sul de Salorno³¹. Uniram-se então aos militares para exigir o delineamento das fronteiras sobre os divisores d’água entre os Alpes de Val Venosta e os Alpes de Val Pusteria, e para que, na zona mais oriental, ultrapassasse o divisor d’águas em diversos pontos (Tarvisio, Postumia)³².

4

Desse modo, é possível afirmar que a Geografia italiana tinha as melhores condições para aderir ao fascismo com um relevante número de seus praticantes. É simbólica dessa orientação a sequência de discursos sobre o problema colonial e o fascismo como reanimadores de uma ação

V, Tipografia Fontana, Turim, 1842, pp. 87-101); BIANCHI, C. *Geografia politica dell'Italia*. Firenze: Società editrice fiorentina, 1843, pp. 8-21, especialmente pp. 8-21; MARMOCCHI, C. F., *Padromo della storia naturale generale e comparata dell'Italia*. Firenze: Società editrice fiorentina, 1844, pp. 11-47 e 76-112; *Descrizione dell'Italia*. Firenze: Poligrafia Italiana, 1847, pp. 5-15 e 515-18; e *Geografia d'Italia*, 1850, pp. 1-71 (edição do autor), Itália [Bastia di Corsica] 1850, pp. 1-71 (para defender a unidade nacional se formulam nesse estudo teses que serão utilizadas exaustivamente, de modo racista, nos anos do fascismo: assim, na p. 268 o autor cita “o homem então habitante da moderna Itália, considerado do ponto de vista da história natural e da geografia, deve olhar-se como o resultado de uma mistura de sangues... Mas a força assimiladora de nosso país eliminou sempre as diferenças entre tantas nações distintas, e reconduziu os mais diversos temperamentos ao modelo único da forma e do caráter italiano”). Enfim, CORRENTI, C. *Fisionomia delle regioni italiane*, em “Il Nipote del Vesta-Verde”, 1852, pp. 42-61; e *Ancora delle nostre regioni*, em “Il Nipote del Vesta-Verde”, 1855, pp. 144-63 (reeditado em “Scritti scelti, in parte inediti o rari”, organização de T. Mazzarani, vol II, Forzani, Roma, 1892, pp. 372-89 e 444-57).

31. Encontramos dois volumes *Il Trentino: saggio di geografia fisica ed antropogeografia*, Trento: Zippel, 1898; e *Il Trentino: illustrazione statistica economica*, Milano: Ravà, 1915 (reeditados em *Scritti geografici di Cesare Battisti*, organizado por sua mulher, Florença: Le Monnier, 1923, o primeiro pp. 1-286 e o segundo pp. 673-770).

32. *Italia*, organizado por ASSUNTO MORI, Milano: Vallardi, 1936, considerações expostas nas pp. 10-15.

colonial, por parte de alguns geógrafos, dentre os quais Olinto Marinelli e Giotto Dainelli, e por vários representantes da Sociedade Geográfica romana, na ocasião de uma “jornada colonial” na primavera de 1926³³: isto é, quando não havia mais dúvida sobre a instauração do despotismo e a oposição parlamentar seria presa ou exilada.

Com exceção do social-reformista Maranelli, não se teve conhecimento de nenhum geógrafo perseguido pelo fascismo. Pode-se dizer ainda que os geógrafos tenham sido em geral – apesar das diversas particularidades – dóceis às iniciativas do fascismo. E mais de um foi fanático defensor e apoiador, mesmo depois da queda do regime. As primeiras mas raras oposições ao sistema totalitário manifestaram-se somente por ocasião da legislação racista (que proibiu Almagià de trabalhar) ou quando iniciou a última guerra, por volta de 1940.

Assim, no período entre as duas guerras os geógrafos italianos tinham, em relação à situação nacional, apenas duas alternativas de trabalho, que não se anulavam, mas, ao contrário, acabavam, à vezes, por se complementar. Uma direção se baseava na exploração de temas de natureza física ou ecológica abordados em parte – como foi mencionado – desde o início do século, e cuja natureza continuava a passar despercebida pelo governo despótico: por exemplo, as pesquisas relativas ao ambiente nacional, às oscilações do clima e às condições das geleiras, aos terraços fluviais ou litorâneos, às condições das costas, aos fenômenos cárnicos, aos modos de distribuição da vegetação em altitude, etc. Pesquisas conduzidas, para cada tema, segundo esquemas preestabelecidos e padronizados, acabaram por progredir lentamente, mas nunca chegando a abranger todo o espaço nacional.

Os estudos sobre o povoamento humano podiam encontrar-se ou convergir um pouco com certas orientações políticas do fascismo, e foi de fato isso que se passou com trabalhos que procuravam descrever as requalificações hidráulico-rurais nas regiões pobres e mais orientais da planície do Pó ou da planície pontina, os deslocamentos de população e os novos assentamentos construídos na planície pontina e em certas zonas planas da Sardenha. Mas o objeto daqueles estudos se limitou, como era de costume, aos elementos superficiais e formais, isto é, aos relatos das operações executadas e a um reconhecimento dos “tipos” paisagísticos, definidos pela peculiaridade visível ou de fácil percepção. No que concerne à relação com os fenômenos urbanos, a análise das estruturas de povoamento nem mesmo tocou (senão sob o plano funcional, somente para Bolonha, com os incontornáveis textos de Toschi nos anos 1931 e 1932) os problemas das cidades mais importantes para a vida nacional – que eram ao menos uma dezena – e evitou-se aproximar sua reflexão da legislação anti-urbana do fascismo enunciada em 1931 e repetida em 1939. Mas se restringiu a centros urbanos de dimensão e vitalidade medíocres, e contentou-se de descrições (que lembram muito um levantamento histórico) de informações topográficas, de deslocamentos funcionais, de levantamentos ou eventos demográficos e econômicos.

No entanto, pelo menos em certo sentido, foi mais original e maduro o trabalho dos geógrafos no tema do povoamento rural. Isso (exceto em circunstâncias eventuais) não por influência do mítico ruralismo que afetou a nação durante alguns anos, mas pela amplitude de visão e pela dinâmica problemática do proponente mais assíduo desses temas, isto é, Renato Biasutti. Entre os anos de 1924 e 1926, a partir de um plano etnocultural, ele montou uma rede de pesquisa sobre a habitação rural e, em 1938, com consideração mais clara sobre as relações econômicas às quais a casa está vinculada, iniciou a edição de uma investigação sistemática sobre as diversas regiões italianas. Por

33. *Bollettino della Società geografica italiana*, fasc. 6, 1926.

esse motivo, os trabalhos que concernem à moradia rural foram conduzidos com maior originalidade e destacam-se como a única empreitada daquela época que está agora concluída³⁴.

Os temas relacionados ao triunfalismo nacional que dominaram o período entre as duas guerras podiam mais facilmente fazer eco - em vários casos abertamente - às correntes de estudo já solidamente estabelecidas sobre viagens de exploração, conquistas coloniais, etc. Sua continuação foi amplamente cultivada naqueles anos, e no que diz respeito à África, a inspiração de um nacionalismo conquistador está - às vezes de forma exaltada, às vezes de forma mais discreta - quase sempre evidente. Mas em temas não relacionados a esses empreendimentos africanos nos últimos séculos, em particular sobre os comerciantes que, no final da Idade Média e no Renascimento, percorriam as rotas das regiões do noroeste africano e dos países do sudeste asiático, sobre os exploradores do século XVI na América (especialmente Colombo e Vespucci), sobre os missionários na China e no planalto tibetano entre os séculos XV e XVIII, e, enfim, sobre os portulanos medievais e o ofício de elaboração das cartas entre os séculos XV e XVIII, com a experiência erudita, em mais de uma ocasião decididamente refinada, e uma boa dose de intuição histórica de alguns estudiosos - entre esses, em primeiro lugar Almagià (são dignos de nota pelo menos os seus *Monumenta Italic Cartographica* de 1929 e *Monumenta Cartographica Vaticana*, editados entre 1944 e 1955), a quem se deve o melhor e mais amplo horizonte e impulso aos temas antes mencionados - esses temas foram instrumentos adequados para evitar, em muitos casos, a instrumentalização governamental e, portanto, o declínio, alcançando resultados de notável valor nesse campo de estudos. Desse modo, em torno de Almagià e Biasutti se formam, entre 1925 e 1940, as duas mais significativas escolas de Geografia daquela geração.

Ainda no mesmo período, juntam-se a esses problemas outras temáticas propostas por diversas entidades geográficas - como os institutos universitários, as sociedades e os comitês científicos já mencionados - que aderiram de modo aberto e de forma deliberada às orientações e aos fins políticos do fascismo. Limito-me a alguns aspectos: os escritos destinados a demonstrar os italianismos de zonas pouco ou nada italianas, incorporadas ou reivindicadas em 1918 (como os vales do Tirol meridional, o planalto de Istria, a região dalmática); as expedições de geógrafos encarregados de descrever - conforme as orientações do governo - países e populações coloniais pouco depois de suas sanguinárias conquistas (oásis de Fezzan e Kufra entre 1932 e 1935, Amara e Scioa em 1937); o consentimento e os apoios dados de todo modo ao insignificante ruralismo que se exprimia na batalha do trigo³⁵, nas colonizações interiores, na autarquia econômica, e, entre 1930 e 1936, os estudos (úteis somente por sua documentação) sobre o despovoamento das áreas montanhosas alpinas e peninsulares, um fenômeno que o fascismo se recusava a apoiar ou combata. Desde 1931, e cada vez mais nos anos seguintes, ocorre a adesão de um bom número de geógrafos à teoria que enunciava o espaço vital, que há alguns anos já era apreciada pelos alemães nacionalistas e que - sancionada pelo fascismo para justificar seus interesses de conquista - encontra no meio universitário italiano apoio caloroso em Trieste e Bari³⁶, e na cultura nacional foi reconhecida oficialmente na revista *Geopolitica* que iniciou com um prefácio do nazista Haushofer, em 1939.

34. GAMBI, L., Renato Biasutti e la ricerca sopra le dimore rurali in Italia, In: *La casa rurale in Italia*, Florença : Olschki, 1970., pp. 3-14.

35. *Battaglia del grano*, em italiano. (N. T.)

36. ROLETTTO, G. e MASSI, E., *Lineamenti di geografia politica : i confini*, Istituto di geografia dell'università di Trieste, 1931 ; TOSCHI, U., *Appunti di geografia politica*, Bari : Macrí, 1937 ; e alguns artigos de Roletto e Massi, *Precisazioni sulla geografia politica e Sulla definizione di geopolitica*, *Geopolitica*, 1942.

A partir de 1938 e com uma frenética intensificação nos anos de guerra (a Sociedade Geográfica romana, como é natural, esteve também na vanguarda de tais iniciativas) publica-se uma avalanche de textos por quase todos aqueles que se autodeclaravam geógrafos, sobre os países reivindicados (como Córsega e Malta) e, depois, sobre aqueles invadidos pelos exércitos ítalo-alemães na península balcânica e entre o mar Jônio e o mar Egeu, de modo particular sobre aqueles incorporados ao Estado de Roma (Dalmácia e Eslovênia). E, enfim, naqueles mesmos anos, deve-se assinalar a participação de mais de um geógrafo em abordagens políticas racistas³⁷. A única obra que redime os geógrafos é o trabalho editorial *Le razze e i popoli della terra* [As raças e os povos da terra], metade dirigida por Biasutti entre 1935 e 1940 (publicada no final desse ano), que expusera uma classificação antropológica e etnológica original e exaustiva, em total oposição – especialmente no que tange à situação nacional – aos critérios racistas do fascismo (que, no entanto, foram equivocadamente saudados em um desagradável prefácio).

O perfil que acabo de desenhar da Geografia na Itália entre as duas guerras pode ter a sua projeção mais lógica e em certa medida o seu símbolo nos livros de descrição integral dos países, ou seja, nas ditas geografias “universais” que foram editadas naqueles anos na esteira de homônimos trabalhos de outros países. Já havia sido publicada entre 1883 e 1902, sob o título *La terra* [A terra], a edição de uma geografia universal, em 8 volumes, dirigida por Giovanni Marinelli, que desejava seguir os passos da grande iniciativa de Reclus, mas que não se compara ao trabalho francês em organização e abrangência e, em particular, pela inteligência social: era uma descrição honesta, mas sem vida. Anos depois, entre 1931 e 1940, alinhando-se à *Géographie Universelle* francesa, iniciada em 1927, e aos volumes regionais do alemão *Handbuch der Geographischen Wissenschaft*, organizados em 1928, duas dentre as maiores casas editoriais do Norte implementaram também duas geografias universais, uma – coordenada por Almagià – de 8 volumes, e outra – sem uma orientação unívoca (seu título é *Terra e nazioni* [Terra e nações]) – em vinte volumes. Dali resultou, no entanto, uma sequência de meras compilações descritivas, ainda que fornecendo informações de maneira adequada. Caso excluirmos metade do nosso continente (destaco os países danubianos e sármatos, que vários jovens geógrafos visitaram depois da guerra), cujo estudo foi realizado por autores que realmente conheciam pessoalmente as regiões em questão, é de notar com espanto o fato de que muitos países, inclusive fora da Europa (com exceção de domínios coloniais italianos na África), foram descritos, em seus trabalhos, por geógrafos que nunca ali estiveram. Em comparação com os geógrafos franceses e alemães, os atrasos científicos eram fortes e evidentes.

Essa é a herança que a Geografia da primeira metade do século, depois do violento hiato da guerra, transmite à segunda metade do século. E à Geografia dos anos depois de 1946, que julgamento faremos?

5

Na França esse período foi denominado “*les temps des craquements*” [tempo de fragmentação]³⁸. Mas para a Itália esta definição é imprópria. Fragmenta-se apenas uma coisa que é dotada de uma unidade e que – superada pelos eventos – torna-se redimensionada ou marginalizada.

37. GRIBAUDI, D., *Biologia delle razze umane*, Torino : Biamino, 1941 e *Terra e Razza in Italia*, Torino : La Stampa, 1942, e MORI, A., *Biologia delle razze*. Urbino: Argalia, 1943.

38. MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique*. *Op cit.*, p. 117.

Na Itália, apesar do trabalho e do impulso de algumas personalidades, os periódicos congressos, a continuidade editorial das Sociedades de Geografia e um número discreto de professores de Geografia nas universidades, essa organicidade não se evidenciava, ou seja, a Geografia não havia alcançado um destaque, não foi construído um papel na cultura nacional. A situação certamente não melhorou depois de 1946. No pós-guerra continuou desse mesmo modo – e sob novas orientações – o trabalho de alguns entre os raros cérebros que destaquei acima. Almagià, ocupando-se de temas tradicionais que não conseguem esclarecer a natureza da Geografia, iniciou também suas pesquisas de índole histórica, desenvolvendo-as fora dos temas caros ao nacionalismo – por exemplo, com os escritos acerca das explorações medievais dos escandinavos na América. Biasutti escreveu no pós-guerra sua obra mais notável: *Il paesaggio terrestre* (com uma primeira edição em 1947, e uma segunda, aprimorada, em 1962), uma obra que inseria a Geografia italiana no cerne de uma problemática metodológica ligada a Humboldt e Ritter, e cultivada desde o início do século particularmente pelos alemães. Com esse livro, Biasutti propusera na verdade as bases para uma ecologia humana e resolvia com precisão os equívocos de uma errônea ideia de “região geográfica” – que ele acabou por indicar como “uma abstração” – distinguindo entre os termos de uma visão ecológica (na qual ele embasava sua análise) e os de uma consideração histórica (que só aparecia eventualmente). Depois, ainda nessa direção, os geógrafos da geração seguinte, como Sestini, estudaram os numerosos termos da *paesistica*³⁹ italiana.

Mas Almagià e Biasutti já eram idosos e nos deixaram, o primeiro em 1962, o segundo em 1965. A geração que viria depois deles não proporcionou personalidades da mesma importância. Apesar disso, houve sim iniciativas para modernizar a abordagem dos estudos de Geografia e tornar a disciplina mais atuante nas correntes culturais que afloraram com grande vigor depois de 1946. Não se pode negar: por exemplo, a *Rivista Geografica* fiorentina, que alcançou o mesmo nível das revistas de outros países. Vários jovens passaram a estudar o *Mezzogiorno* (entre o pós-guerra e 1960 foram estudadas uma dezena de minúsculas regiões do *Mezzogiorno* continental e insular, especialmente Abruzzo, Calabria e Sardenha) e houve um esforço, com uma metodologia mais aberta e uma análise menos superficial da realidade econômica, voltado para temas sobre os modos de organização da sociedade, como a Geografia rural (por exemplo, para algumas áreas padanas, toscanas e da Campania) e a Geografia industrial (por exemplo, para os polos lombardos). Mas se trata de poucos trabalhos e, às vezes, não era o suficiente para influenciar os leitores, e os resultados adquiridos não parecem ter estimulado outras áreas de pesquisa. No entanto, constata-se uma reorientação por parte dos geógrafos mais jovens a deixar por meio de seus estudos os ambientes nacionais e desenvolver viagens – na maioria dos casos viagens rápidas – em países mais ou menos distantes (particularmente na Ásia sul-ocidental e nas regiões montanhosas latino-americanas; e ainda, como é natural, nos países que margeiam o Mediterrâneo e em diversas regiões da Europa, especialmente a ocidental). Mas os trabalhos que deles derivaram – dentre vários: cito o exemplo do trabalho de Pecora – não parecem ter gerado resultados originais.

A produção daqueles que se autodefinem geógrafos aumentou um pouco em quantidade em relação aos anos antes da guerra, porém a contagem não é fácil. No que se refere a quem trabalha em alguma universidade e participa frequentemente dos congressos de Geografia, chega-se a um total de 250 pessoas. Essa produção aumentou pouco em quantidade mas, como foi destacado, fragmenta-se em um número incalculável de temas – os mesmos há cinquenta anos – e se manifesta em trabalhos muitas vezes convencionais em sua concepção e fracos no questionamento, onde os discursos se limitam a descrições banais insípidas e entorpecidas, e os documentos mobilizam

39. Ciência da paisagem (N. T.)

acriticamente suas fontes: trabalhos que parecem ficar conhecidos somente em um grupo limitado de especialistas, mas que, de todo modo, com frequência, abrem as portas dos graus universitários.

A única área de estudos deixada para trás foi aquela sobre viagens e explorações, e pode-se entender o motivo. Esse tema estava fortemente ligado ao colonialismo, formava o mobilizador para-científico de uma ambição nacionalista para conquistar um império ultramarino, e sofreu uma crise depois do colapso das instituições políticas que, entre 1870 e 1940, haviam-no usado para esses fins (talvez esse mesmo motivo possa explicar a crise que assolou a Sociedade Geográfica romana). Mas tudo indica que os problemas nacionais contemporâneos não são ou são pouco abordados pelos geógrafos. Apenas para se ter uma ideia, limito-me a observar que os mais angustiantes problemas ambientais de hoje, como as inundações fluviais, os deslizamentos em áreas montanhosas, o colapso do delta do Pó e das lagunas venezianas, as alterações dos ecossistemas, etc. não foram temas de interesse dos geógrafos nem com estudos nem com intercâmbio de ideias (pode-se apenas fazer uma exceção para algumas análises regionais de degradação da paisagem realizadas nos últimos anos na Toscana). E qual o motivo para tal deficiência? Este, com toda probabilidade: que aqueles problemas requerem uma perspectiva não genérica e descritiva, como a de muitos geógrafos, mas carregam implicações econômico-políticas que os geógrafos não se atrevem a investigar.

Nesse último caso, porém, que sua palavra falte ou seja rara não importa: historiadores, urbanistas, economistas, demógrafos passaram a substituí-los, em grande medida e com eficiência em vários temas que os geógrafos vinham abordando, desde o início do século, com seus exercícios descritivos.

Há um tema dentre os mais sérios e complexos da sociedade moderna – sobre o qual nos últimos vinte e cinco anos a análise tem sido significativa e a conversão de forças de diferentes campos disciplinares tem sido encorajadora – que se refere aos grandes conjuntos urbanos, isto é, às estruturas econômico-sociais que formam suas bases, articulam as funções, criam contrastes topográficos, intensificam sua osmose ou o conflito interno, regulam relações regionais e atraem em direção a elas migrações unidirecionais ou pendulares – isto é, mão de obra. Mas no leque de trabalhos que trazem, para a Itália, os resultados de uma boa pesquisa ou uma elaboração de ideias originais e férteis, só se pode indicar, como obra de geógrafos, um pequeno número: no caso dos escritos do Sestini sobre as conurbações (1958), de Compagna sobre as disparidades entre as hierarquias urbanas setentrionais e meridionais (1967), e de Mainardi sobre a estrutura urbana setentrional (entre 1968 e 1970).

Há um tema que animou, em todos os níveis, a vida nacional nos últimos vinte e cinco anos: o da instituição das regiões. Mas, apesar do persistente apelo da região como ideia e aos seus tipos, que se manifesta nos estudos dos geógrafos, em vários países, desde pelo menos o início do século, a participação dos geógrafos nas vigorosas disputas sobre a estrutura e a configuração das regiões na Itália, nos anos decisivos do problema, foi mínima. Sobre esse ponto convém lembrar uma clara relação com Sestini, pela reunião nacional dos geógrafos de 1947, pouco antes que a Constituinte iniciasse a discussão do problema – mas o intercâmbio com os geógrafos foi uma decepção. Depois de muitos anos de inércia silenciosa, somente em 1961 o problema foi retomado, com uma certa abrangência, por iniciativa de alguns jovens.

Nesse mesmo último período houve, enfim, a edição de uma extensa coleção de volumes destinados a iluminar – segundo um plano estabelecido por Almagià – a geografia das regiões da Itália. Era uma boa ocasião para inserir o trabalho dos geógrafos nos problemas nacionais e para verificar, com o exame de áreas precisas ou de comunidades humanas que os eventos históricos vinham organizando de forma distinta, se ou em qual medida as ideias enunciadas pelos geógrafos

em torno do fenômeno “regional” podiam mostrar-se útil por uma solução racional da articulação regional na Itália, estabelecida na nova Constituição de 1948, porém incapaz de efetivar-se até os anos 1970. Mas foi uma ocasião perdida. A sequência de 18 volumes foi completada, mas pode ser considerado um trabalho muito medíocre no plano científico – com uma forte descontinuidade de valor – onde raramente se pode encontrar elementos para a identificação dos sistemas urbanos regionais, segundo as suas estruturas, gravitações e polaridades, e para o entendimento das regiões funcionais em termos econômico-políticos⁴⁰. O panorama regional aí se realizou com base em esquemas pré-constituídos e iguais (que prescindem da disparidade e das oposições radicais entre os vários elementos da realidade nacional) e geralmente – com a única exceção de alguns volumes sobre *Mezzogiorno*: por exemplo, para Sicília e Abruzos – se limita a relatos insípidos, informações superficiais, repertórios monótonos que se evadem de todo problema referente à estrutura da sociedade, ou seja, a base de todo discurso sobre a região.

Além disso, também as imagens globais da geografia do Estado italiano, que passaram a circular em obras de maior envergadura a partir dos anos 1950, não conseguem ir além do plano de uma fácil descrição de objetos paisagísticos, de formas e distribuições populacionais, de tabulações estatísticas, que se estendam além do limiar dos problemas basilares. São essencialmente obras de divulgação (por exemplo, a *Itália* de Roberto Almagià, editada em 1959) ou distantes dos métodos científicos e inspiradas em um otimismo mistificado – como no caso dos escritos geoeconômicos.

Pode-se afirmar que o trabalho dos geógrafos está agora menos marcado pela individualização na medida em que se realiza – renunciando a uma personalidade própria e a definições disciplinares correntes – no seio do amálgama de estudiosos de diversas origens, que com um trabalho em comum se esforçam para examinar e esclarecer de modo global, propondo soluções, os problemas da organização do espaço em áreas dotadas ou dotáveis de uma funcionalidade particular, algo que se tornou bastante comum em vários países vizinhos [*oltralpe*]. Nesse sentido, a iniciativa dos geógrafos italianos, ao contrário, parece muito frágil e não superou, ou melhor, não esclareceu, a disparidade de ideias entre aqueles que veem para si (por exemplo, Sestini) apenas atividades informativas ou de cooperação sobre temas específicos, e aqueles que (a exemplo de Toschi) atribuem a eles uma função de coordenador vertical nebulosa e miticamente exaltada. Na verdade, sua participação entre os anos 1956 e 1968 na montagem de uma carta econômico-rural (em 26 folhas, muito eficaz apenas no plano figurativo) que distingue os vários tipos de cultivos para todo o espaço nacional, limita-se a uma revisão técnica das deslocações categoriais desenhadas pelos serviços cadastrais e suas descrições regionais – descrições baseadas sobre paradigmas (apenas evitados por alguns autores habilidosos) que sim e não tangenciam as estruturas empresariais, mas evitam as relações de produção e a análise dos ganhos econômicos, as conexões com os mercados e as rivalidades com a explosiva e despótica expansão do fenômeno urbano.

Foi também exígua a ação dos geógrafos nos comitês para os planos ministeriais de coordenação urbanística e econômica das repartições administrativas, criados em 1952, e nos comitês para a planificação regional, formados em 1964. Naqueles poucos casos em que um geógrafo estava presente – por designação de alguma entidade econômica – sua inclinação era, sobretudo, a de acompanhar as iniciativas que procuravam esvaziar de valor político as instituições regionais, e implementá-las tecnicamente como se fossem mero instrumento de reordenamento administrativo zonal e de maior eficiência neocapitalista – um modo de agir que se alinha àquele dos

40. Apenas em alguns casos, os autores não se questionaram se as áreas chamadas com um nome regionais por muitos séculos são efetivamente reconhecíveis, atualmente, por sua organicidade ou conservam aquele nome apenas por inércia.

partidos moderados, que foram os mais ferrenhos opositores de uma instituição regional concebida como meio para ampliar a participação popular na gestão estatal.

Assim como há cem anos, os grandes desafios das disparidades econômico-sociais que estão presentes em todo o Norte e o Sul – e não apenas entre as duas partes da península – enrijecendo e afligindo a vida nacional, não despertam nos geógrafos a demanda por intervenções políticas conscientes e sistemáticas.

Uma visão geral um pouco opaca, essa da Geografia contemporânea na Itália⁴¹: uma situação de desorientação e incongruência, de inabilidade de identificar soluções novas através de seus trabalhos, de incapacidade em examinar e discutir as razões do seu existir e a natureza de seus conteúdos. Esperar que a universidade esteja em condições de remediar esse estado de coisas é pura ilusão. O atual sistema de estudos universitários está em colapso, mas há vários anos o ensino da Geografia já vinha desaparecendo devido ao pouco impacto cultural da maioria daqueles que a exerciam (bastou uma disposição que, em 1970, facultou aos jovens construir de maneira autônoma e pessoal seus planos de estudo universitários, para ver – em muitas universidades – a Geografia ser negligenciada por um grande número deles). Apenas uma forma de estudos que elimine a antiga distinção entre ciência e sociedade, pode proporcionar – pelo menos é provável – uma base racional e um incentivo ao trabalho de todos aqueles que hoje (amanhã não se sabe) se definem de vários modos como geógrafos.

41. BARBIERI, G. L'organizzazione della ricerca geografica in Italia e il Comitato dei Geografi Italiani, *Rivista geografica italiana*, 1971.